

**NARRATIVA
JORNALÍSTICA SUL-
MATO-GROSSENSE: a
reocupação das fazendas
pelos índios Guarani
Kaiowá no município de
Antônio João**

JOURNALISTIC NARRATIVE SUL-
MATO-GROSSENSE: the
reoccupation of farms by the
Guarani Kaiowá Indians in the
municipality of Antônio João

NARRATIVA PERIODÍSTICA SUL-
MATO-GROSSENSE: la
reocupación de las haciendas por
los indios Guaraní Kaiowá en el
municipio de Antônio João

**Carolina Silva Costa¹
Mario Luiz Fernandes^{2, 3}**

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o discurso de representação do indígena, na reportagem veiculada no dia 29 de agosto de 2015, no jornal *Correio do Estado* sobre o clima de guerra vivido no município de Antônio João, Mato Grosso do Sul, devido a ação de reocupação das fazendas pelos indígenas Guarani Kaiowá, Terra Ñande Ru Marangatu. O jornal objeto deste trabalho torna-se importante nesta análise em função de sua tradição e credibilidade no

¹ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo no Campus Universitário do Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: carolcosta-22@hotmail.com.

² Doutor em Comunicação (PUCRS). Mestre em Comunicação (PUCRS). Graduado em Comunicação Social Jornalismo (UEPG). Email: mario.fernandes@ufms.br.

³ Endereço de contato com os autores (por correio: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Rua Piandá Calógeras nº 272 – Centro – Campo Grande – MS, Brasil.

estado. A metodologia proposta para a análise da reportagem é a análise crítica da narrativa, narratologia, que permitiu compreender com profundidade as estratégias do jornalismo de dar fluxo à narrativa hegemônica, no que se refere a formação de um discurso de representação do indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Índios; representação; jornal *Correio do Estado*; narratologia.

ABSTRACT

The present work had the objective of analyzing the discourse of representation of the indigenous, in the article published on August 29, 2015, in the *Correio do Estado* newspaper about the climate of war in the municipality of Antônio João, Mato Grosso do Sul, due to the action of reoccupation of farms by the indigenous Guarani Kaiowá, Terra Nhande Ru Marangatu. The journal object of this work becomes important in this analysis due to its tradition and credibility in the state. The methodology proposed for the analysis of the article is the critical analysis of the narrative, narratology, that allowed to understand in depth the strategies of journalism to give flow to the hegemonic narrative, in what refers to the formation of a discourse of representation of the indigenous.

KEYWORDS: Indians; representation; newspaper *Correio do Estado*; narratology.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo analizar el discurso de representación del indígena, en el reportaje difundido el 29 de agosto de 2015, no diario *Correio do Estado* sobre el clima de guerra vivido en el municipio de Antônio João, Mato Grosso do Sul, debido a la acción de reocupación de las haciendas Indígenas Guaraní Kaiowá, Tierra Nhande Ru Marangatu. El periódico objeto de este trabajo se vuelve importante en este análisis en función de su tradición y credibilidad en estado. La metodología propuesta para el análisis del reportaje es el análisis crítico de la narrativa, narratología, que permitió comprender con



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 3, maio. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n3p811>

profundidad las estrategias del periodismo de dar flujo a la narrativa hegemónica, en lo que se refiere a la formación de un discurso de representación del indígena.

PALABRAS CLAVE: Indios; la representación; diario *Correio do Estado*; narratología.

Recebido em: 09.11.2017. Aceito em: 16.03.2018. Publicado em: 29.04.2018.

Introdução

O histórico de conflitos por terras no Brasil remonta ao período de colonização, em que as sociedades indígenas que aqui habitavam passaram por várias tragédias, guerras, massacres, escravidão, genocídio, etnocídio e doenças. Perderam drasticamente o território em que viviam de acordo com seus costumes. Além disso, tiveram, nesses últimos cinco séculos, sua população dizimada, do total de nativos que habitavam o país em 1.500, cinco a seis milhões de pessoas, atualmente a população indígena é de aproximadamente 900 mil⁴.

Os índios são povos etnicamente diferentes, com saberes tradicionais e processos culturais, sociais e históricos próprios (BRAND, 2011). Mato Grosso do Sul, é na atualidade, o segundo estado com maior população indígena, com cerca de oito etnias oficialmente conhecidas. Dentre elas, os Guaranis Kaiowá, que se destacam em termos populacionais com cerca de 50 mil pessoas.

Segundo o relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, realizado em 2014 e publicado em 2015 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram dezenove casos de conflitos relativos a direitos territoriais, sendo cinco deles em Mato Grosso do Sul. Dentre eles, está o conflito fundiário da terra indígena Ñande Ru Marangatu, em que a terra encontra-se demarcada e homologada, mas a comunidade não detém a posse por força de decisão judicial que suspendeu o decreto de homologação.

A comunidade Ñande Ru Marangatu, localizada na cidade de Antônio João, sul de Mato Grosso do Sul, vive o conflito agrário desde a chegada dos primeiros fazendeiros, na década de 1930. Com a reorganização e união da comunidade indígena, foram realizados três movimentos de reocupações da

⁴ Fonte: IBGE/2010.

terra, o primeiro em 1999, o segundo em 2005 e o terceiro em 2015, com o conflito se estendendo até os dias atuais, com grande repercussão na mídia local, regional, nacional e internacional.

Este artigo tem como objetivo analisar a reportagem publicada pelo jornal *Correio do Estado* no dia 29 de agosto de 2015, edição nº 339430, intitulada "Município de Antônio João vive clima de guerra com as invasões", que conta sobre retomada de seis fazendas pelos indígenas Guarani Kaiowá no município de Antônio João. Além disso, pretende-se examinar a narrativa jornalística do jornal a fim de conhecer a trama dos personagens na formação do discurso jornalístico. Desta forma, descreveu-se a estrutura narrativa para identificar as marcas deixadas pelo narrador, o enredo, as relações de poder, suas significações e os discursos produzidos nos enunciados, que culminaram em um discurso de formação de uma representação e em uma ideologia.

As perguntas-problema que nortearam este trabalho foram: como o jornal *Correio do Estado* construiu, em sua narrativa, o discurso de representação do Guarani Kaiowá no episódio de retomada das fazendas pelos índios ocorrido em agosto de 2015? Como são classificados os personagens (fazendeiros e índios) na reportagem do jornal? Quem são os protagonistas e quem são os antagonistas?

Para o desenvolvimento da análise da narrativa, optou-se pelo método narratológico proposto por Luiz Gonzaga Motta que visa a compreender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente os significados através da representação da narrativa do real. A narratologia possibilita interpretar as narrativas dos jornais, de modo a entender a trama, intrigas, os personagens, a mídia e as relações de poder existentes na sociedade globalizada e os efeitos produzidos pelos discursos narrativos jornalísticos. Ademais, permite conhecer

a estória relatada, de maneira a interpretar a representação do indígena Guarani Kaiowá da comunidade Nãnde Ru Marangatu, construída na narrativa do jornal.

A escolha da narrativa jornalística do *Correio do Estado* justifica-se pela tradição e credibilidade do jornal em Mato Grosso do Sul, além de ser o mais antigo veículo impresso no estado ainda em circulação e com a maior tiragem, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

O estudo de alguns aspectos da imprensa é necessário, tendo em vista que o objetivo deste trabalho foi entender a formação da representação que chega ao interlocutor do *Correio do Estado* e, desse modo, perceber como a mídia constrói seus discursos a partir da contextualização social (trama da narrativa). A rigor, como revela Silverstone (2002, p.20), “a mídia é parte da textura geral da experiência”.

Narrativas jornalísticas e o seu discurso ideológico

Os jornais, ao construir as suas narrativas, concedem ao indivíduo uma versão arquitetada com seu discurso ideológico, por meio de filtros culturais e técnicos, ou seja, as reportagens são produtos gerados de circunstâncias sociais e disputas simbólicas. Como relata Silverstone (2002, p.20), a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum”.

Em relação à mídia local, o *Correio do Estado*, veículo objeto deste trabalho, ocupa uma posição de destaque nas relações produtivas e sociais, atuando na sociedade, reproduzindo bens simbólicos para configuração nas narrativas das representações locais, como as dos índios e fazendeiros envolvidos em conflitos pela terra na região.

De acordo com (FIORIN, 2007, p.28), “esse conjunto de ideias, essas representações que servem para justificar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens” é denominado de ideologia. O mesmo autor complementa ainda, “que uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe” (FIORIN, 2007, p.32).

A disputa pelo poder simbólico, por quem tem mais voz e condições de impor seu ponto de vista na narrativa acerca dos fatos, se acirra em uma negociação intensa pela produção do *corpus* resultante, a versão das ocorrências que conquistará a hegemonia social (BOURDIEU, 2010). Nesse sentido, na busca de conquistar seus interesses, garantir seu capital político, as narrativas veiculadas pelos jornais tratam de uma verdade hegemônica construída através das relações de poder, que constitui a própria realidade.

Para Bourdieu (2010, p. 188), o capital político é uma forma de capital simbólico, ou seja, “crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”.

As relações de poder presentes tanto em uma narrativa quanto nos veículos de comunicação são resultado das relações sociais hierarquizadas já estabelecidas na sociedade. Conforme observa Foucault (2008, p. 39-40), as “sociedades de discurso” e o poder se expressam como um regime de correlação de forças que circulam, sem possuir um caminho ou uma simetria fixa. O poder não está necessariamente cristalizado em instituições e situações de dominação ou de sujeição estáveis e permanentes, manifesta-se muito mais em uma multiplicidade de correlações de forças como um jogo instável e

incessante que se transforma, flutua, se inverte e reverte. Nesse sentido, numa sociedade globalizada, a mediação ganha importância.

Enfim, o poder se manifestaria também nas relações discursivas e situações narrativas, indo e vindo, mudando constantemente de lugar ou posição. Esse poder não se restringe ao domínio dos meios materiais e dos aparatos políticos e institucionais, mas do “controle sobre o imaterial e o intangível seja das informações e conhecimentos, seja das ideias, dos gostos e dos desejos de indivíduos e coletivos” (LATRES e ALBAGLI, 1999, p.8).

No sentido de gerar um conhecimento social, a mídia produz discursos que são selecionados através das inúmeras representações sociais, com intuito de reproduzir um poder simbólico já existente e construído por uma classe hegemônica.

O termo representação que foi utilizado neste artigo, é abordado por Luiz Gonzaga Motta (2013) em seu método de análise crítica da narrativa, na qual o autor se apoia em Moscovici (2009) para apresentar o conceito. Dito isso, de acordo com Motta (2013), representar é colocar algo no lugar do outro, criar um símbolo que é tomado como o próprio outro. Para Moscovici (2009, p.46), “representação é igual imagem/significação, em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. As representações devem ser compreendidas, portanto, como entidades tangíveis, substâncias simbólicas que circulam, se entrecruzam e se confrontam, impregnando nossas relações. Elas se cristalizam no senso comum, tornando familiar o não familiar, continuamente refeito, embora esse processo estabeleça um sentido último de continuidade (MOSCOVICI, 2009).

A realidade que nos cerca, as experiências de vida das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior

através de representações virtuais e discursivas da realidade. Entretanto, o ser humano não apenas representa o mundo, mas o constitui na medida em que o nomeia e o classifica. Como salienta Moscovici (2009), as representações que continuamente construímos são, na verdade, um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas estabelecer uma ordem sobre o caos para nomear, classificar e controlar o mundo material e social.

Análise crítica do jornalismo

A narrativa é uma hierarquia de instâncias; contudo, “compreender uma narrativa é reconhecer nela estágios, projetar encadeamentos horizontais do fio narrativo sobre um eixo implicitamente vertical” (BARTHES 1971, p. 26). Neste sentido, as narrativas enquanto objeto e processo de comunicação podem ser estudadas a partir de três instâncias: o plano da expressão, o plano da estória e o plano da metanarrativa (MOTTA, 2013). Essas instâncias não são classificadas de maneira hierárquica pelo autor, mas são separadas de forma operacional para compor um método que facilite a análise. Logo, os dois primeiros planos são predominantemente estéticos, enquanto o terceiro é ético, cultural e/ou ideológico.

O plano da expressão, também conhecido como plano do discurso ou da linguagem, refere-se ao plano da superfície do texto, através da qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador. É necessário destacar que é nesse plano que, durante a análise das narrativas, podem-se identificar os usos estratégicos da linguagem pelo narrador, para produzir determinados efeitos de sentido e também as intencionalidades. Dessa forma, nas reportagens de um

veículo mediático, observa-se o uso de certas estratégia e expressões pelo jornalista com o intuito de produzir, por exemplo, o efeito de ironia.

O plano da estória, ou conteúdo, trata do plano da sequência de ações, os encadeamentos, o enredo, a intriga e os personagens, ou seja, é o plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador. Motta (2013, p. 148) define esse plano como o plano da diegese⁵, “plano da representação, universo dos significados imaginados ou mundos imaginários possíveis”. É necessário advertir que esse plano está fortemente ligado ao plano da expressão, contudo, para revelar as intenções comunicativas do narrador, é necessário considerar os dois planos.

A terceira e última é a estrutura mais profunda da narrativa, é o plano da metanarrativa, que é relativamente mais abstrato e evasivo. É o plano no qual se conhecem a ideologia, a cultura, a política, a moral e a ética, imersos nas notícias e reportagens.

As narrativas têm sempre algum propósito: “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa” (MOTTA, 2004, p.215). No entanto, é necessário verificar as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador, observar a articulação interna das partes, a lógica do paradigma narrativo e suas exigências. A lógica da narrativa está na conexão de uma ação ou sequência a outra ação, ou seja, a estória é composta por uma sucessão de sequências, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, cabe aqui identificá-las.

As estratégias argumentativas, que se propõem a verificar nesse momento, são as estratégias de produção do efeito de real, construção da

⁵ “universo virtual possível evocado pelo discurso narrativo na mente de quem conta ou escuta uma estória: o universo espaço-temporal no qual se desenrolam os acontecimentos da estória” (MOTTA, 2013, p. 113).

veracidade a partir da referência,⁶ e as estratégicas de criação de efeitos estéticos de sentido. De maneira a exemplificar as estratégias, são elas: uso de citações para dar sensação de uma proximidade entre fonte e leitor (discurso direto ou indireto), a noção de que são pessoas reais que falam e que não há mediação do jornalista; uso de nomes próprios de lugares ou de instituições; datação precisa; uso de números e estatísticas, etc.

Já os efeitos estéticos de sentido estão na composição da intriga, *diegese*, como na linguagem narrativa, que é dramática, e a sua retórica é ampla e rica de efeitos que geram nos leitores efeitos de sentidos poéticos e simbólicos (riso, espanto, ironia, surpresa, etc.); além dos conteúdos das narrativas com significados de fundo moral e ético. A própria reconstrução da narrativa de modo cronológico e compreensivo, a qual nos propomos a realizar aqui, se refere a uma estratégia de efeito estético de sentido.

Ainda sobre as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador, é necessário destacar a importância dos paradigmas de ordem e tempo, organizando os acontecimentos em uma disposição cronológica, na configuração da intriga. Nesse sentido, Ricoeur (1994, p. 15) relata que “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. No texto, observa-se que o narrador usa algumas expressões com o intuito de situar o leitor no espaço-temporal dos fatos, estas expressões são definidas como *dêiticos*.

⁶“Estratégia de referência é o uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na ‘realidade referente’. É, portanto, o uso de recursos construídos e reconstruídos pelo próprio discurso narrativo de acordo com a proposta de sentido (o ‘projeto dramático’) de quem fala e espera a aquiescência, no mesmo rumo, de parte do seu interlocutor” (MOTTA, 2013, p. 221).

Quando analisamos o processo de comunicação narrativa, os dêiticos adquirem uma relevância fundamental porque têm uma *importância situacional* definidora do sentido. Dêiticos são elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato de comunicação, e proporcionar referências no momento e lugar em que ele ocorre. (MOTTA, 2013, p.172)

A partir do texto, é possível identificar o co-texto, que são os *dêiticos*, ponto de vista do narrador, enquadramentos etc., e o contexto, que é a cultura, a memória social. Nessa etapa, foi produzida uma linha do tempo, de modo a ir compondo, com os principais pontos de virada, as rupturas que demarcam cada episódio, até finalizar as narrativas.

A etapa seguinte da análise permite penetrar mais nos sentidos de uma narrativa, no plano da estória, e possibilitar que o conflito dramático se revele, ou seja, conhecer o frame cognitivo, enquadramento, perspectiva, ponto de vista do narrador que organiza a realidade. O conflito dramático é o *frame* (enquadramento) estruturador fundamental de qualquer narrativa porque é ele que tece a trama, cria rupturas, transgressões e dispõe as ações e as personagens na estória.

Não existe “uma só narrativa no mundo sem personagens” (BARTHES, 1971, 41). Por isso, torna-se necessária a análise dos personagens (fontes do jornal), seres dotados de traços antropomórficos, réplicas na representação dramática, com atitudes e comportamentos próprios do ser humano (MOTTA, 2013). Nas narrativas, os personagens são dotados de ações e referências que geram o conflito e encadeiam a intriga, portanto, os personagens são uma figura central da narrativa, eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga.

Todo personagem é dotado de ação, gera conflitos, conduz a intriga; além disso, faz parte do projeto dramático do narrador, já que este vai qualificando seus personagens, pois deseja que elas estimulem determinadas

interpretações. Por esta razão, é essencial classificar estes personagens da estória, como: antagonistas, coadjuvantes do antagonista, protagonistas, coadjuvantes do protagonista ou neutros.

Cabe aqui explicar como será realizada essa classificação. Após conhecer o conflito dramático, identificam-se quais são os personagens que realizam ações e que estão presentes nesse conflito; ao identificá-los, deve-se classificá-los, de modo a observar como o narrador vai construindo o fio da narrativa posicionando os personagens na intriga, descortinando os argumentos do narrador transmitidos ao personagem.

Na análise das narrativas sobre os indígenas da comunidade Ñande Ru Marangatu, em cada estória, procuramos classificar os personagens (índios, fazendeiros, Funai, CIMI, pesquisadores, antropólogos, políticos) de modo a detectar quem se sobressai (protagonista ou antagonista). Após classificar os personagens, e evidenciar como o narrador busca convencer o leitor com seu enquadramento, alcança-se o discurso de representação dessa comunidade indígena no *Correio do Estado*.

Na narrativa fática jornalística, mesmo que as fontes, personagens sejam pessoas reais, elas se tratam de “figuras fabricadas pelo discurso” (MOTTA, 2013, p.207), ou seja, são representações das pessoas. Assim, a análise de uma narrativa não se refere à realidade, “mas a respeito da realidade e como a representação produz efeitos retroativos sobre a própria audiência e a sociedade” (Idem p.209). A fase da análise fenomenológica de identificar os personagens pode ser realizada simultaneamente ou depois da identificação dos episódios e conflitos, pois são os personagens os atores que realizam ações que conduzem a estória.

A última etapa da análise é permitir que as metanarrativas se mostrem, pois “nenhuma história é contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética que a situe” (MOTTA, 2004, p. 226). Em outras palavras, como já ressaltado anteriormente, as narrativas são construídas sob uma base ética, cultural, ideológica e moral, e com essa última etapa alcança-se o nível das significações mais profundas, ao percorrer todo o círculo hermenêutico. Porém, é preciso buscar esta essência do objeto e as contribuições fornecidas ao espectador. Assim, essas metanarrativas se tornam mais nítidas depois de realizados os movimentos de análise.

Clima de guerra e o discurso dos pequenos produtores

A reportagem, “Município de Antônio João vive clima de guerra com as invasões”, informa que seis fazendas foram reocupadas desde o dia 22/08, e “os fazendeiros temem que outras três áreas sejam ocupadas nos próximos dias”. Assinada pelo jornalista Celso Bejarano, enviado especial a Antônio João, a narrativa foi veiculada em 29/08/2015, edição nº 339430.

Trata-se de reportagem especial que ocupa toda a página 12, e está dividida em dois tópicos: “Fazendeiros e pequenos produtores foram expulsos de suas terras pelos índios guarani-caiuás” e “Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora”. Em cada um dos tópicos, há uma fotografia, a primeira localizada no lado direito parte superior e a segunda centralizada na parte inferior da página. São citadas cinco fontes de informação; três ligadas aos fazendeiros: Antônio César Pereira Flores, (Baby) - vice-prefeito de Antônio João, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Pio Queiroz Silva Barros – fazendeiro (esposo da presidente do Sindicato Rural do Município, Roseli Ruiz) e Isidora Alves Varreiro - moradora do Distrito Campestre. A quarta

e a quinta fontes são indígenas: Alisson Morales, também morador do distrito Campestre, e o sogro de Alisson, José, dono de uma conveniência no distrito. Há um boxe informativo “Saiba” que faz menção a três elementos espaciais – o município de Antônio João, Paraguai e o Distrito Campestre – e a três elementos temporais: dia 27 de agosto (anteontem), dia 28 de agosto (ontem) e dia 29 (data de publicação da reportagem).

Logo no título, é notório o posicionamento crítico e condenatório do veículo – “Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões”. O termo invasão é utilizado com conotação de ação criminal e a expressão ‘clima de guerra’ enfatiza uma situação de tensão extrema em decorrência das ações indígenas. Em outras palavras, as ‘invasões indígenas’ provocam clima de guerra no município de Antônio João.

A narrativa inicia com a citação indireta dos ruralistas (paráfrase) que condenam o movimento indígena de retomada e ao mesmo tempo o acusam pelo fato de índios serem “recrutados do território paraguaio como forma de reforçar e até dobrar o movimento de tomada de terras”, acrescenta o narrador. Essa informação dos índios serem recrutados em território paraguaio é abordada apenas no início da narrativa, ou seja, trata-se de outro argumento utilizado pelos fazendeiros de modo a compor um discurso contrário aos indígenas.

O narrador, em seguida, coloca a informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra a proximidade do município sul-mato-grossense com o território paraguaio, cerca de quatro quilômetros, de modo que dá veracidade à citação indireta dos ruralistas.

Seguindo o fio da narrativa, no enquadramento dramático do veículo, a trama acontece a partir das ações indígenas que expulsam, além dos

fazendeiros, os pequenos produtores moradores do Distrito Campestre⁷ que moravam há quatro décadas na localidade. Em decorrência desse conflito principal, os fazendeiros, os que desejam manter a ordem, enfatiza o veículo, reagiram às invasões e bloquearam a entrada e a saída da cidade, havia três dias.

Na organização de sua estória, o narrador afirma que é “briga antiga” e retoma um período de 2005, ano em que o conflito se intensificou a partir da homologação da Reserva Indígena, em que nove fazendas foram consideradas como parte do território da comunidade Nãnde Ru Marangatu. O narrador salienta que os fazendeiros, insatisfeitos com a homologação, entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), que devolveu o caso para a Justiça Federal, em Ponta Porã, e até então a situação não fora resolvida.

Segue a estória com atenção no fazendeiro protagonista, Antônio César Pereira Flores, vice-prefeito do município de Antônio João, que, insatisfeito com o governo, diz que “o governo federal pouco faz ou nada faz” para resolver esse conflito. Nessa frase, além do descontentamento, o personagem ressalta a despreocupação do governo em resolver tal situação de conflito. Além disso, o narrador, também conta que essa intriga afetou até política do município, sendo que Antônio César não cumpre mais expediente na prefeitura, pois rompeu vínculo com o prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT), Selso Lozano, já que “Selso não cumpriu com a promessa”, justifica o personagem.

No fio da narrativa, o narrador adverte a partir do subtítulo “ações”, que os fazendeiros estão atentos e unidos em frente ao sindicato rural do município e que “monitoram os noticiários e ainda as informações acerca do

⁷ Vale ressaltar que o Distrito Campestre, segundo o Laudo Antropológico e Histórico da terra, está situado dentro da Reserva Indígena Nãnde Ru Marangatu (OLIVEIRA e PEREIRA, 2009).

deslocamento dos índios às fazendas ocupadas". Nesse ponto da estória, o veículo destaca que os fazendeiros estão em alerta, de maneira que, a partir de qualquer ação dos índios, os fazendeiros estão prontos e unidos para reagir para se defenderem. Ou seja, como salienta o narrador, a reação dos fazendeiros é apenas um ato de defesa.

Na trama do lado dos protagonistas, a insatisfação contra o governo é também observada claramente na voz do personagem Pio Queiroz Silva Barros, esposo da Roseli Silva (presidente do Sindicato Rural de Antônio João) e dono de um patrimônio de R\$25 milhões: "Nosso País virou uma terra velha, cheia de rato. Este governo, metido a idealista, gosta apenas dos índios, movimentos sociais, dos mensalões, petrolões, de tirar dinheiro da Petrobrás". A rigor, nesse fragmento da estória, o narrador, ao dar grande poder de voz a Pio Barros, concorda que, de um lado, está o governo federal, defensor dos indígenas, das minorias sociais, e do outro, os proprietários de terra, aqueles que deram a vida pela propriedade, mas agora estão sendo tirados deles.

Na frase citada por Pio: "trabalhei por toda a minha vida, perdi minha juventude e agora, minha saúde", enfatiza-se a dedicação à fazenda, a produção agropecuária durante toda a sua vida e que agora, na velhice, em vez de ter uma vida mais tranquila, está sofrendo com o conflito indígena, a ocupação de sua fazenda. O narrador enfatiza um ato de injustiça a um trabalhador, que dedicou a sua vida à fazenda, que está sendo tomada pelos indígenas.

Seguindo o fio da narrativa, a informação que "fazendeiros estariam contratando milícias armadas para agir em eventuais combates com os índios" é negada pelo protagonista Pio Barros, que, em seguida, afirma: "gosto da pessoa do índio brasileiro, mas agora ele está me triturando". Pode-se interpretar aqui, segundo o narrador, que os fazendeiros, apesar de não contratarem milícias

para combater com os índios, teriam o direito de contratar, já que os índios estão 'triturando', ameaçando, os fazendeiros e pequenos produtores.

Ademais, o narrador continua a construção da representação dos protagonistas, e, ainda na voz de Pio Barros, afigura-se a imagem de boa pessoa, que concorda com a entrega de suas terras, desde que o governo federal indenize-o.

Na configuração da narrativa, observa-se, que de um lado, estão os indígenas, os antagonistas da estória; e do outro lado, além dos fazendeiros e instituições dos agronegócios, estão também os pequenos produtores, como sendo os protagonistas.

"Quem financia?", questiona o narrador em um subtítulo da narrativa, seguindo o enquadramento dramático em que apresenta o Conselho Indigenista Missionário como uma instituição que vem recebendo recursos de entidades internacionais para financiar ações de retomadas indígenas, ações políticas, madeiras, ferramentas, etc. Neste ponto observa-se que o narrador não concorda com essas atitudes do Cimi, e, em contrapartida, mostra uma resposta dos fazendeiros a essa situação, que, reunidos na sede da Federação de Mato Grosso do Sul (Femasul), "cogitaram abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) através da bancada federal para investigar o Cimi".

O fio da narrativa continua com um novo enquadramento, agora na perspectiva dos pequenos produtores rurais moradores do Distrito Campestre: "Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora". Trata-se do subtítulo da reportagem e da fala da protagonista Isidora Alves Vareiro, 67 anos de idade, moradora em Campestre haviam 40 anos. Nessa fala, os índios eram amigos, pessoas do bem, mas que, ao 'expulsá-la', já não são considerados amigos. Além disso, o narrador segue a trama principal do início da narrativa,

com a fala de Isidora: “não entendo isso, acho que isso [invasões] não é coisas de índio daqui”, complementando a informação de que índios estão sendo recrutados de outros lugares para reforçar o movimento indígena.

Nesse segundo tópico da reportagem, verifica-se que o narrador enfatiza a imagem dos indígenas como antagonistas contra os pequenos produtores, caracterizados pelo narrador como pessoas humildes, que possuem como único bem a propriedade em que moravam, da qual os índios os ‘expulsaram’. O narrador, com o intuito de enaltecer a imagem dos protagonistas, contrapõe o discurso de uma personagem, uma senhora, Dona Isidora, moradora do Distrito Campestre, que foi “expulsa” pelos índios e teve que colocar seus móveis empilhados no fundo da casa de uma das filhas, com as ações dos indígenas.

Caminhando para o fim da narrativa, o narrador apresenta o personagem antagonista, Alisson Morales, 21 anos, guarani, que, contrário à versão da protagonista Isidora, afirma que aquele território “sempre foi do índio”. Nesse fragmento, novamente, o narrador contrapõe a afirmação de Alisson com a personagem Isidora, com o intuito de defender a protagonista, e expõe a informação “especula-se na cidade, que até 40 anos atrás, índios negociavam lotes com famílias brancas, em troca de dinheiro”. Contudo, o personagem antagonista nega essa informação e ressalta que “foram os brancos que invadiram aqui”. A rigor, verifica-se claramente que, nesse trecho da narrativa, o narrador tenta desconstruir o discurso e a imagem do indígena, ligado às más ações e ao interesse no dinheiro.

Outro personagem indígena que aparece brevemente na narrativa é o dono de uma conveniência no distrito Campestre, José, sendo que a sua fala indireta é em favor da personagem Isidora, “nada tenho contra dona Isidora”. O narrador complementa a sua fala, dando a informação de que um dos filhos de

José é até afilhado da “ex-vizinha”. Vale destacar aqui que o termo “ex-vizinha”, utilizado pelo narrador, aparece de modo estratégico, para advertir o leitor que ela era vizinha, ou seja, uma pessoa próxima dos índios, e mesmo assim foi expulsa de sua casa.

Ademais, o narrador encerra a narrativa informando que mais famílias haviam sido despejadas do Distrito Campestre e muitas delas não teriam para onde ir e foram para ruas do centro do município.

Na composição da estória, há um boxe – Saiba – localizado na parte inferior da página, no lado esquerdo com o título “Polícia Federal (PF) faz levantamento da área invadida”. Nele, o narrador expõe informações de que a PF estaria trabalhando para descobrir pontos em que poderia ocorrer eventuais conflitos com o intuito de convocar um efetivo maior para conter o embate. Aqui, o narrador chama a atenção do leitor para possíveis conflitos futuros e finaliza ressaltando a preocupação do governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) com essa situação, que também solicitou ao Exército que mande um efetivo para o local. Vale salientar que, ao dar um destaque para a atitude de Azambuja, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se uma proximidade do narrador com o governador.

Na primeira imagem, localizada na parte superior da página, há movimentação de pessoas em uma propriedade cercada. Por meio do título em destaque, acima da imagem, e através da legenda, percebe-se que estas pessoas são índios e que estão ocupando uma das propriedades do Distrito Campestre. Na legenda: “Invadidas. Indígenas já ocupavam, ontem, várias casas do Distrito de Campestre, formado por pequenos produtores e comerciantes que moravam lá há mais de 40 anos”. Novamente, nesse ponto da narrativa, tem-se o uso do termo ‘invadidas’, com a conotação de uma tipificação de um

crime; a partir da imagem, observa-se a ênfase que o narrador dá a essa ação criminal. Assim, por meio da narrativa, tem-se que essa casa que aparece na imagem é a propriedade da personagem Isidora, que foi 'expulsa' pelos índios, os atuais moradores.

Na segunda imagem, localizada na parte inferior da página, observa-se que o narrador faz uso de uma estratégia de comparação e expõe uma imagem que dialoga com a primeira fotografia, enfatizando o ponto de vista da moradora da casa que foi ocupada pelos indígenas (destaque da primeira imagem). Nessa segunda imagem, que está logo abaixo do subtítulo "os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora", está uma senhora posicionada ao lado de móveis e objetos de casa empilhados. Essa fotografia mostra toda a descrição da protagonista Isidora, que foi feita no texto; uma personagem humilde, que está na casa dos fundos de uma das filhas. Em outras palavras, o narrador enfatiza o discurso dos pequenos proprietários frente às ações indígenas. Ainda na legenda: "Sem Razão. Dona Isidora não entende porque a expulsaram de casa, já que conviviam amigavelmente", novamente, verifica-se o posicionamento do narrador, contrário às ações indígenas ao utilizar a expressão 'sem razão', ou seja, o narrador é contra essas ações e, ao mesmo tempo, afirma que não há motivos para os índios se comportarem assim.

A rigor, nessa narrativa, o narrador utiliza-se da imagem do pequeno produtor rural para enaltecer o discurso dos fazendeiros contra as ações dos indígenas que objetivam a demarcação da Terra Indígena.

Como pano de fundo, de um lado, estão os indígenas que continuam como antagonistas e que agora, além de invadirem as propriedades dos fazendeiros, prejudicam também os pequenos produtores, aqueles que 'eram amigos'. Vale ressaltar que, na narrativa, a voz do indígena aparece brevemente

com dois personagens, dois índios Kaiowá, que estavam no Distrito Campestre; não há voz de lideranças indígenas.

Já do lado dos protagonistas, o narrador, aliado ao discurso dos fazendeiros, insere o dos pequenos produtores rurais, aqueles que dependem da sua propriedade para viver. São vários os personagens protagonistas que estão presentes na narrativa e são arquitetados de modo a construir esse discurso do protagonista.

A representação dos indígenas é construída pelo narrador a partir da narrativa vinculada a ações criminais e ao interesse pelo dinheiro, maior que pela terra. Assim, o índio é tido como um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil, que age violando a ordem social; dessa forma, constata-se que o movimento indígena de reocupações é condenado pelo narrador. Já o discurso de representação dos fazendeiros, juntamente com os pequenos produtores rurais, é de que são os prejudicados pelas 'invasões' indígenas, abandonados pelo governo, ou seja, não possuem uma resposta, atitudes do governo federal, "o governo federal pouco faz, ou nada faz". Assim, o narrador enfatiza, na narrativa, que os mais prejudicados com esse embate são os fazendeiros e os pequenos produtores rurais.

Vale pontuar que, na narrativa, há a construção de um conflito ético, em que o narrador condena o gasto do dinheiro recebido pelo Cimi de entidades internacionais para financiamento dessas ações de retomadas de terras consideradas indígenas. Todavia, o narrador questiona "quem financia" essas ações indígenas e, ao mesmo tempo, denuncia o Cimi com os gastos realizados de forma indevida com o dinheiro advindo de instituições internacionais católicas, que são para o desenvolvimento exterior e ajuda humanitária. Em

outras palavras, esse financiamento das reocupações indígenas pelo Cimi não se enquadra nos motivos principais da ajuda das instituições internacionais.

Considerações Finais

Na sociedade contemporânea globalizada, a mídia ocupa espaço sempre importante na reprodução de ideologias, produção de conhecimento e formação de representações sociais, pois, ao construir suas narrativas diárias, o jornal concede ao leitor um discurso arquitetado com suas metanarrativas, como a cultura, a política, a moral e a ética. Dessa forma, as reportagens são produtos, gerados de circunstâncias sociais e disputas simbólicas, por quem tem mais poder de voz, uma negociação intensa para produção de uma hegemonia social.

Para a produção e manutenção do senso comum e para justificar a ordem social, a mídia filtra e molda realidades cotidianas por meio das representações. Estas são consideradas como um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas nomear, classificar o mundo material e social.

Em relação aos personagens, os índios são considerados como antagonistas; um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil, e sua representação está vinculada à ação criminal de invadir fazendas, em conformidade com fio da narrativa do jornal, nas disputas pelo seu espaço nas terras brasileiras. Além disso, o que se observa é que o índio, praticamente não tem poder de voz, nesse primeiro episódio, e quando fala, é desconstruído pelo narrador. Em contrapartidas, os fazendeiros são os protagonistas, pois nas narrativas, que o jornal enfatiza o discurso ideológico em favor das oligarquias do agronegócio.

Na narrativa, verifica-se que o narrador ao contar a ação dos índios de retomar as fazendas, constrói, predominantemente, um discurso ideológico dos ruralistas e dos pequenos produtores rurais, ou seja, em favor das oligarquias do agronegócio, destacando as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico do Estado, além de classificá-los como criminosos. Em outras palavras, a área em disputa é considerada como propriedade dos fazendeiros, e os índios, ao “invadir as fazendas”, provocam a desordem, um “caos” no campo. O discurso dos pequenos produtores é ressaltado, também, pelo jornal, assim, os índios, que antes eram considerados “amigos” dos pequenos produtores, que moravam em conjunto no distrito Campestre, “expulsam” os produtores do seu único bem material.

Vale destacar dois termos que aparecem na narrativa: invasão e retomada. Este, o narrador utiliza para enfatizar a atitude dos fazendeiros, e aquele para se referir às ações dos índios. O termo invasão é uma tipificação de um crime, ato ou efeito de invadir, adentrar em uma propriedade particular sem a permissão do proprietário. Já o termo retomada, de retomar, é cunhado pelos índios Guarani Kaiowá, para o ato de retomar os territórios ocupados por seus ancestrais, Tekoha, termo na língua guarani, a partir do qual definem os territórios de ocupação tradicional de suas comunidades, de modo que é o passado quem legitima esse direito. Dito isso, detecta-se que o jornal utiliza os dois termos de modo equivocado, e, dessa forma, ao utilizar o termo invasão para as ações indígenas, o jornal acusa os índios de agir criminalmente.

Referências

BARTHES, Roland: **Análise estrutural da narrativa**; Petrópolis, RJ Vozes: 1971.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 3, maio. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p811>

BEJARANO, Celso. Município de Antônio João vive clima de guerra com as invasões. **Correio do Estado**, Campo Grande, 22/08/2015. Cidades, página 11.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

BRAND, Antônio. **A criança kaiowá e guarani em contexto de rápidas mudanças – Uma abordagem histórica**. In: NASCIMENTO, Adir Casaro (Org.) et al. Criança indígena : diversidade cultural, educação e representações sociais. Campo Grande: Liber Livro, 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi. **Ñande Ru Marangatu. Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João**, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 16ª ed., São Paulo: Loyola, 2008.

LATRES, H, ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1999.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da Narrativa**. No Prelo, 2013.

MOTTA, Luiz. Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia**; São Paulo: Edições Loyola, 2002.